



A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM OLHAR SOBRE AS ESCOLAS DAS REDES MUNICIPAL E ESTADUAL DE CAICÓ/RN¹

Raênia Suele Araújo de Lima ²
Francieleide Batista de Almeida Vieira ³

RESUMO

Este trabalho apresenta informações referentes a uma pesquisa realizada por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, caracterizada como pesquisa qualitativa do tipo etnográfico, tendo como instrumentos de pesquisa, a análise de documentos e a aplicação de um questionário semiaberto. Seu embasamento teórico e metodológico tomou como aporte os seguintes referenciais: Bardin (1977), Bogdan e Biklen (1994), Brasil (2008), Rapoli (2010), dentre outros. A pesquisa tem como objetivos: analisar como se estrutura e funciona a modalidade de educação especial em escolas das redes municipal e estadual, na cidade de Caicó/RN, considerando a perspectiva educacional inclusiva; identificar as ações realizadas por meio do atendimento educacional especializado – AEE para possibilitar a inclusão escolar dos alunos público alvo da educação especial; identificar as dificuldades e necessidades que se constituem como barreiras à organização da educação especial em escolas municipais e estaduais, localizadas no município de Caicó/RN. A investigação foi realizada em sete escolas municipais, que possuem Salas de Recursos Multifuncionais e em cinco escolas da rede estadual, localizadas no município de Caicó/RN. Constatou-se que o funcionamento da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, no referido município, não apresenta as condições recomendadas, necessitando de ações efetivas que garantam a inclusão dos estudantes público alvo da educação especial. Ressalta-se a importância da formação de professores e a reorganização dos sistemas de ensino para a inclusão dos alunos, com garantia de educação especial, ofertada aos educandos que dela necessitam.

Palavras-chave: Educação especial, Educação inclusiva, Organização e funcionamento, Dificuldades.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história, a escola foi um espaço destinado a atender pessoas que satisfizessem a determinados critérios. No entanto, a partir do final do Século XX um

¹ Artigo produzido a partir dos resultados de uma pesquisa vinculada ao do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica/PIBIC, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN. Financiamento da UFRN.

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. E-mail: ra.suele@hotmail.com

³ Professora orientadora: Doutora em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. E-mail: leidaalmeid@hotmail.com



movimento mundial de constatação dos processos sociais excludentes nos mais diversos âmbitos, dentre os quais o processo educativo, impulsionou diversos movimentos em prol da Educação para todos. Nessa perspectiva, o movimento pela Educação Inclusiva tem como marco a Declaração de Salamanca, que explicita, o “[...] compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência no providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino” (BRASIL, 1997, p. 1). Tal compromisso passou a ser estruturado nos países envolvidos, se concretizando, especialmente, na produção e execução de políticas educacionais inclusivas.

No momento da escrita deste texto, já existe uma outra Política⁴ em vigor. Entretanto, no período de realização das pesquisas que deram origem a este trabalho, estava vigente, no Brasil, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - PNEEPEI (BRASIL, 2008), a qual reza que a Educação Especial deve ofertar o Atendimento Educacional Especializado - AEE, além de elaborar recursos e serviços, orientando sobre seu uso no processo de ensino e aprendizagem pelos professores do ensino regular. Desse modo, foi nessa Política que respaldamos as pesquisas.

Por sua vez, o AEE deve “[...] identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (BRASIL, 2008, p. 10). Sendo assim, a PNEEPEI orienta que o AEE deve ser ofertado em Salas de Recursos Multifuncionais - SRMs, na própria escola regular, em outras escolas regulares ou centros de atendimento especializado.

Com base nessas considerações, o trabalho aborda o resultado de duas pesquisas realizadas em escolas das redes municipal e estadual localizadas no município de Caicó/RN, as quais tiveram o intuito compreender como a educação especial estava sendo oferecida no referido município na perspectiva da Educação Inclusiva. A proposta da investigação do tema teve origem através do Programa Institucional de Iniciação Científica – PIBIC.

A pesquisa teve como objetivos: analisar como se estrutura e funciona a modalidade de Educação Especial em escolas das redes municipal e estadual, na cidade de Caicó/RN, considerando a perspectiva educacional inclusiva; identificar as ações realizadas por meio do atendimento educacional especializado – AEE para possibilitar a inclusão escolar dos alunos público alvo da educação especial; identificar as dificuldades e necessidades que se constituem

⁴ A Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida foi instituída através do Decreto Nº 10.502, em 30 de setembro de 2020.



como barreiras à organização da educação especial em escolas municipais e estaduais, localizadas no município de Caicó/RN.

Para a realização da pesquisa que deu origem a este texto, nos ancoramos teórico e metodologicamente nos seguintes referenciais: Bardin (1977), Bogdan e Biklen (1994), Brasil (1997), Brasil (2008), Franco (2005), Rapoli (2010), dentre outros. Bem como, nos ancoramos na abordagem qualitativa, do tipo etnográfico. Com as informações construídas na pesquisa, constatamos que a oferta da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva nas escolas das redes municipal e estadual do município de Caicó apresentava um número expressivo de SRMs e de professores(as) de Educação Especial. No entanto, tal oferta não se constituía como suficiente no que compete ao atendimento e inclusão satisfatórios de todos os educandos público alvo da Educação Especial, mediante as suas necessidades.

METODOLOGIA

A realização da pesquisa que culminou neste texto ocorreu em momentos distintos, o primeiro momento corresponde aos períodos letivos da UFRN 2017.2 e 2018.1, tendo como *locus* as escolas da rede municipal de Caicó/RN e o segundo momento nos períodos letivos 2018.2 e 2019.1, nas escolas da rede estadual do referido município. Em ambos os processos de pesquisa tomamos como base a abordagem qualitativa, do tipo etnográfico. Conforme Bogdan e Biklem (1994), a pesquisa qualitativa apresenta algumas características que lhe dão especificidade, a saber: tem como fonte direta de dados o ambiente natural, o que constitui o investigador o instrumento principal da pesquisa; a investigação qualitativa é substancialmente descritiva; os investigadores qualitativos exprimem maior interesse pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos; os dados tendem a ser analisados de forma mais indutiva; o significado tem importância vital.

Nesse sentido, tais características se constituem como pertinentes para nossa pesquisa, tendo em vista a natureza do objeto definido, uma vez que sentimos a necessidade de identificar os sentidos que as pessoas participantes da investigação, atribuem ao seu trabalho, bem como, compreender o funcionamento da Educação Especial em escolas das redes municipal e estadual, do município de Caicó/RN. Tais aspectos reportam a relevância que atribuímos aos significados expressos, bem como ao processo de desenvolvimento das ações que ganham supremacia em relação ao resultado.



As duas pesquisas tiveram início com levantamento bibliográfico, simultaneamente com reuniões quinzenais para estudos teóricos e discussões sobre a temática abordada. Por conseguinte, efetuamos visita à Secretaria Municipal de Educação - SME, bem como a 10ª Diretoria Regional de Educação e Cultura de Caicó – 10ª DIREC. Em ambas instituições apresentamos a pesquisa, seus objetivos, bem como solicitamos a autorização dos seus respectivos responsáveis para o desenvolvimento da investigação nas escolas das referidas redes. Os responsáveis autorizaram por escrito e, a partir de então, designaram funcionários responsáveis para nos passar as informações pertinentes à pesquisa, dentre elas um quadro referente a cada rede, com: os nomes das escolas; nomes, contatos telefônicos e endereços eletrônicos dos seus diretores, além dos endereços das escolas.

No quadro obtido, identificamos que havia vinte e quatro escolas municipais localizadas na zona urbana de Caicó/RN, sendo que uma delas ofertava apenas cursos profissionalizantes como costura, culinária, etc (sem oferta de currículo acadêmico). As demais eram instituições de Educação Infantil e de Ensino Fundamental. Nesse sentido, quanto a rede municipal, optamos por realizar a pesquisa nessas vinte e três escolas. Identificamos ainda, que na época existiam outras nove instituições escolares integrantes do quadro de escolas municipais de Caicó/RN, as quais estão localizadas na zona rural.

Entretanto, não foi possível visitar as referidas instituições para obtenção de dados a elas referentes pelas dificuldades de acesso, visto que naquele momento não dispúnhamos de recursos e nem de transporte para o deslocamento entre a zona urbana e a zona rural. Dentre as vinte e três escolas investigadas, da rede municipal, dez possuíam SRMs, sendo que das dez apenas sete encontravam-se em efetivo funcionamento no período da nossa pesquisa. Assim, realizamos a investigação nessas sete instituições, pois somente nelas poderíamos identificar dados que respondessem aos nossos objetivos específicos.

Quanto às escolas da rede estadual, identificamos que havia treze escolas localizadas na zona urbana de Caicó/RN e duas nos Distritos da referida cidade, sendo um total de quinze escolas, dentre as quais, no período da pesquisa, seis ofertavam os anos iniciais do Ensino Fundamental e as demais ofereciam os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio, inclusive na modalidade de Educação de Jovens e Adultos - EJA. Tendo em vista que os anos iniciais do Ensino Fundamental é o nível de escolarização em que o(a) pedagogo(a) atua prioritariamente, optamos por realizar a pesquisa nessas seis escolas que oferecem este nível de escolarização.



Nesse sentido, identificamos, ainda, que dentre as seis escolas estaduais que se constituíram como campo para o nosso estudo, quatro possuíam SRM, embora, no período da pesquisa, apenas uma encontrava-se em efetivo funcionamento. Uma delas não tinha SRM, mas possuía professora de Educação Especial atuando na classe regular e a última não tinha SRM e nem professor(a) de Educação Especial, bem como, não apresentava demanda pelos serviços da Educação Especial. Dessa forma, realizamos a pesquisa nas cinco instituições que ofertavam a Educação Especial, pois nelas poderíamos construir informações que respondessem aos nossos objetivos específicos. Constatamos, ainda, que dentre as cinco escolas, havia a atuação de dez professoras de Educação Especial e, destas, nove atuavam em sala regular, prestando assistência a alunos(as) que integram o público alvo de sua função e uma atuava em SRM.

Quanto ao não funcionamento das SRMs, conforme os(as) gestores(as) das redes municipal e estadual, se dá pela falta de professores(as) que nelas atuem. Na rede estadual, os(as) educadores(as) foram realocados para as salas de aula regulares, pois haviam sido aprovados para a função de professor de Educação Especial cuja atuação prioritária no período da pesquisa devia ocorrer nas próprias classes regulares.

Dessa forma, se constituíram efetivamente como nosso espaço de pesquisa sete escolas da rede municipal e cinco da rede estadual, nas quais realizamos observações nas SRMs e aplicamos um questionário com as professoras que nelas atuavam, bem como com as professoras que atuavam na Educação Especial na sala regular. No que concerne à elaboração do roteiro do questionário aplicado, partimos de questionamentos apoiados nas leituras realizadas e em aspectos relacionadas ao objeto de estudo. As informações obtidas durante as observações e nas conversas informais que estabelecemos com os(as) gestores(as) e com os(as) professores(as) com os quais mantivemos contato foram registradas em um diário de campo, no qual também registramos reflexões produzidas ao longo do trabalho de investigação.

Após a realização das observações, dos registros no diário de campo e da aplicação dos questionários, passamos à etapa de análise dos dados. Nesse sentido, analisamos os registros do diário de campo, os questionários e categorizamos as respostas. Para isso, nos fundamentamos na técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1977), que tem como ponto de partida a mensagem expressa em determinado tipo de comunicação, podendo esta ser verbal, gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada (FRANCO, 2005). No que concerne a categorização, “[...] é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação seguida de um reagrupamento baseado em analogias, a partir de critérios definidos” (FRANCO, 2005, p. 57). Nessa perspectiva, a criação de categorias se



constitui como o ponto crucial da análise de conteúdo, sendo pertinente ao nosso propósito de pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante o período no qual realizamos a pesquisa, na rede estadual, constatamos que as escolas vivenciavam uma nova forma de organização no que concerne à Educação Especial. Isso ocorria porque o Estado do Rio Grande do Norte realizou concurso público para o provimento do cargo de professor de Educação Especial, cuja função designada consiste em fazer o acompanhamento, em sala de aula regular, dos alunos que apresentam Transtorno do Espectro Autista (TEA), com Paralisia Cerebral (PC) e com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), sendo que este último deve ter também outro tipo de deficiência para ter direito ao acompanhamento do(a) professor(a) de Educação Especial. Além disso, os profissionais concursados também poderiam atuar nas SRMs. Assim, identificamos que, nas cinco escolas pesquisadas, havia a atuação de dez professoras na modalidade de Educação Especial, havendo ainda, naquele período, uma demanda por mais três profissionais.

No que concerne à função do professor(a) de Educação Especial, em conversas informais, bem como, em respostas ao questionário aplicado, foi relatado, no período da realização da pesquisa, que ainda não havia uma definição formal quanto às atribuições do referido cargo. Evidenciaram que tal situação ocorria porque a forma como a organização da Educação Especial se apresentava no período da nossa pesquisa havia sido configurada muito recentemente e que as orientações ainda estavam em fase de organização e execução por parte dos responsáveis na Secretaria de Estado da Educação e da Cultura – SEEC e da 10ª DIREC.

Assim sendo, no período da nossa investigação visitamos as escolas das redes municipal e estadual de Caicó/RN, nas quais as SRMs estavam em funcionamento, assim como, nas quais havia a atuação de professores de Educação Especial. Nesse percurso, conhecemos a estrutura física das salas supracitadas, conversamos com as professoras atuantes nas SRMs ou como professora de Educação Especial e, quando oportuno, também com diretores(as) e com outros(as) funcionários(as) das referidas instituições educacionais.

No que concerne às ações realizadas por meio do atendimento educacional individualizado - AEE para possibilitar a inclusão escolar dos alunos público alvo da Educação Especial, constatamos que tanto nas escolas da rede municipal quanto da rede estadual a maioria das SRMs, eram muito pequenas, além de não disporem de uma estrutura física adequada a



possibilitar acessibilidade. Nesse quesito, tomamos como base o que diz a então vigente Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) quando apresenta orientações em relação ao modo de organização dos Sistemas de Ensino:

Os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os alunos. A acessibilidade deve ser assegurada mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, na edificação – incluindo instalações, equipamentos e mobiliários – e nos transportes escolares, bem como as barreiras nas comunicações e informações (BRASIL 2008, p. 12).

Nesse sentido, constatamos nas escolas das redes municipal e estadual, que muitas barreiras não haviam sido eliminadas. Essas barreiras dizem respeito à dimensão física, bem como à formação dos educadores que nela atuam. Entretanto, nas SRMs também foi possível observar a existência de alguns materiais didáticos adaptados os quais são de grande ajuda no trabalho pedagógico do AEE. Outro fator relevante diz respeito ao anseio e comprometimento das professoras no tocante aos alunos.

Para responder ao nosso objetivo inicial, aplicamos um questionário que foi respondido pelas professoras das sete escolas da rede municipal e das cinco escolas da rede estadual anteriormente mencionadas, destas, uma professora se absteve de responder. Através deste instrumento de pesquisa, conhecemos um pouco da formação profissional das educadoras que atuavam no AEE, o tempo de atuação na SRM, bem como na função professora de Educação Especial. Identificamos, ainda, as atividades que são realizadas no AEE, o cronograma de atendimento utilizado no AEE e informações referentes ao Plano de Atendimento Individual.

No que concerne à caracterização das professoras da rede municipal participantes da nossa pesquisa, evidenciamos que todas elas possuem graduação em Pedagogia, sendo que apenas uma não tem curso de pós-graduação *latu sensu*. Seis delas cursaram especialização em Psicopedagogia, área que agrega conhecimentos pertinentes para o atendimento de necessidades de aprendizagem apresentadas pelos alunos.

Quanto à caracterização profissional das professoras da rede estadual, participantes da pesquisa, ressaltamos que oito possuem graduação em Pedagogia e uma possui Licenciatura em História. Referente à pós-graduação *latu sensu*, constatamos que cinco delas cursaram especialização em Psicopedagogia e uma tem especialização em AEE. Ressaltamos que ambas as áreas agregam conhecimentos relevantes no que compete ao atendimento de necessidades de aprendizagem apresentadas pelos educandos. Uma das professoras não cursou especialização e



duas tem especialização em ensino transdisciplinar. Em relação à participação em cursos de formação continuada, dentre as nove professoras que tomaram parte na pesquisa sete participaram de processos de formação na área e apenas duas não.

Outro elemento que compõe a caracterização das docentes se refere à vinculação que possuem com as redes municipal e estadual de ensino. Nessa perspectiva, observamos que as professoras integram o quadro efetivo das suas respectivas redes. Quanto à idade, varia em uma faixa que se estende dos 20 a 50 anos. Identificamos que as docentes têm um tempo de atuação bastante expressivo, variando entre 15 a 25 anos. Quanto ao tempo de atuação no AEE ou na Educação Especial, as docentes exercem essa função num período que variava entre uma semana a 35 anos. Ainda sobre a caracterização das docentes que participaram da pesquisa, ressaltamos que apenas três não possuíam especialização.

No que diz respeito às atividades desenvolvidas nas SRMs da rede municipal, quatro educadoras relataram atividades que, de certa forma, consideramos mais compatíveis com um “reforço escolar”, que não se constitui como objetivo do serviço. Pois de acordo com Rapoli (2010) o AEE tem a função de eliminar as barreiras que impedem a participação dos alunos nas classes regulares. Apenas três citaram a realização de atividades direcionadas ao desenvolvimento de uma maior autonomia dos alunos público alvo AEE.

Quanto ao cronograma de funcionamento, através do questionário de pesquisa, obtivemos a informação de que o atendimento do AEE, nas escolas das redes municipal e estadual, ocorre no turno inverso de aula do educando, de acordo com orientações da então vigente política (BRASIL, 2008), sendo ofertado duas vezes por semana, apresentando uma variação entre as escolas que diz respeito ao tempo de atendimento, o qual varia entre quarenta minutos e uma hora.

O Plano de Atendimento Individual se constitui como um planejamento que toma por base as dificuldades e potencialidades do educando, quanto aos conteúdos referentes ao ano/série em curso, bem como sua subjetividade frente à inclusão escolar e social. Como o próprio nome expressa, trata-se de um plano individual e concerne ao período de um ano letivo, no entanto, nesse percurso o plano pode sofrer alterações de acordo com os avanços ou necessidades apresentadas pelo educando. No tocante ao Plano de Atendimento Individual, foi informado que existe um plano anual e que este pode ser modificado no decorrer do ano letivo, de acordo com as necessidades apresentadas pelo aluno.

Quanto às dificuldades e necessidades que se constituem como barreiras à organização da educação especial em escolas municipais e estaduais, localizadas no município de Caicó/RN,



tanto na rede municipal como na estadual, foi elencado, no questionário, uma questão de múltipla escolha, no que diz respeito às dificuldades e necessidades encontradas na escola, bem como dada a opção de marcar os elementos que as educadoras considerassem que se constituíam como dificuldades vivenciadas no AEE. A opção de indicar tais alternativas foi tomada como uma alternativa para tentar facilitar a expressão por parte das participantes, uma vez que, em experiências de investigação anteriores observamos que, quando as questões são totalmente abertas, muitas vezes não são respondidas.

Para uma melhor explanação, pontuaremos as opções oferecidas no questionário: falta de formação/preparação dos professores; falta de formação/preparação dos demais profissionais que atuam na escola; estrutura física inadequada; falta ou inadequação dos materiais didáticos; concepção de deficiência marcada pela ideia de incapacidade; falta de apoio dos gestores. Também foi deixado um espaço destinado para a citação de outras dificuldades ou necessidades, que não estivessem mencionadas no questionário para possibilitar a abertura ao diálogo, consoante a abordagem qualitativa de pesquisa. Dentre as sete professoras atuantes nas Salas de AEE, uma se absteve de responder ao item referente a este tópico.

Dentre as opções expostas no questionário destinado as professoras das redes municipal e estadual, a *falta de formação/preparação dos professores* e a *falta de formação/preparação dos demais profissionais que atuam na escola*, foram marcadas por seis educadoras; *estrutura física inadequada* foi escolhida por cinco; *falta ou inadequação dos materiais didáticos* foi um item marcado por quatro professoras; na opção *concepção de deficiência marcada pela ideia de incapacidade*, apenas uma profissional marcou; *falta de apoio dos gestores* aparece marcada por três educadoras.

Em continuidade, no espaço destinado para a citação de outros problemas ou necessidades foram mencionados pelas professoras participantes da nossa pesquisa, elementos, que apresentaremos abaixo da forma como foram registrados, sendo as primeiras quatro respostas referentes às professoras da rede municipal e às posteriores referentes as professoras da rede estadual:

Lentidão no processo de descoberta da deficiência ou transtorno, no Sistema de Saúde. Encaminhamos os alunos para o CRAS, conversamos com a família, mas quando parte para a realização de exames e consultas, o processo não flui (PROFESSORA A).

Compromisso com os pais (PROFESSORA B).

Manter parceria com outros profissionais. Exemplo: psicólogo, fonoaudiólogo, psiquiatra infantil, neuropediatra, psicopedagogo (PROFESSORA C).



Toda equipe precisa de uma formação pelo menos uma vez no ano. As escolas do Município são pequenas, não oferecendo um espaço adequado, falta alguns materiais (PROFESSORA D).

Empatia da comunidade escolar, desde os profissionais, alunos e pais (PROFESSORA E).

Material pedagógico para os conteúdos curriculares (PROFESSORA F).

Envolvimento das famílias com a escola (PROFESSORA G).

Analisando as respostas obtidas, tanto objetivas quanto discursivas, bem como, conversando com as professoras do AEE, com as professoras de Educação Especial, com as diretoras e outros servidores das escolas das redes municipal e estadual, ficou subtendido que os educadores atuantes nas salas regulares de ensino, apresentam um permanente sentimento de incapacidade e de necessidade de formação.

Algumas educadoras atuantes nas SRMs ou como professoras de Educação Especial, expuseram ainda, que alguns professores que atuam nas classes regulares, se abstêm de fazer adaptações no currículo desenvolvido em sala de aula e que isso interfere negativamente para a efetivação da inclusão escolar dos educandos com os quais atuam, relegando a tarefa para as salas ou as profissionais supracitadas. Em meio a tantos desafios, ainda ficou nítida a falta de professores para atuarem nas SRMs, pois quando o professor precisa se afastar por algum motivo, não é contratado outro para ocupar o lugar, ficando a sala sem funcionamento até o retorno do educador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no exposto, constatamos que as escolas da rede municipal de Caicó/RN, ofereciam SRMs em dez escolas, dentre as vinte e três instituições que se encontram na zona urbana, apenas sete estavam em funcionamento no período de realização da nossa pesquisa. Além disso, ficou subtendido que muitos professores atuavam na SRM devido a uma necessidade emergencial, sem haver um planejamento ou formação prévia, o que dificulta que o AEE atinja os fins para os quais se destina.

Quanto às escolas da rede estadual investigadas, vivenciavam uma nova forma de organização no que compete à Educação Especial, pois os professores de Educação especial da referida rede podem atuar em SRM ou sala regular. No segundo caso, atendem a alunos que apresentam Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), Paralisia Cerebral (PC) e Transtorno do



Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) este último acompanhado de outras deficiências.

Identificamos que, dentre as seis escolas da rede estadual que oferecem os anos iniciais do Ensino Fundamental, quatro possuem SRM, entretanto, no período da pesquisa apenas uma encontrava-se em efetivo funcionamento, sendo que, nas três que estavam desativadas, os professores da Educação Especial atuavam em classes regulares. Em relação as duas outras escolas, uma não tinha SRM, mas tinha professora de Educação Especial atuando em classe regular e outra não dispunha de SRM, nem de professor(a) de Educação Especial, bem como não há demanda pelos serviços deste profissional.

Observamos, ainda, que nas escolas das redes municipal e estadual, a estrutura física, em sua grande maioria, não possuía adequações necessárias e eficientes no que se refere à eliminação de barreiras para proporcionar a inclusão escolar de alunos que integram o público alvo da Educação Especial. Outro fato que constatamos é que muitos professores que atuam nas classes regulares, em ambas as redes, sentem dificuldade para adequar/adaptar o currículo, não favorecendo, assim, o atendimento às necessidades dos alunos público alvo da Educação Especial e relegando tal função para as professoras que atuam nas SRMs ou como professoras de Educação Especial.

Quanto ao modo de organização, podemos dizer que o AEE estava ofertado de acordo com as orientações nacionais vigentes no período da pesquisa. No entanto, enfatizamos um aspecto que nos chamou bastante atenção: o fato de algumas vezes, o AEE ser interrompido em decorrência de necessidade de licença ou afastamento de alguma professora que nele atua. Realidade que sugere a pouca relevância que é dada à área de educação especial por parte dos gestores públicos.

Sobre as dificuldades/necessidades investigadas, tanto na rede municipal quanto na estadual, observamos que as mais ressaltadas são a falta e a necessidade de formação. Tal aspecto chama particular atenção, uma vez que de todas as participantes da pesquisa, apenas três não participaram de processos de formação na área, conforme apresentada na caracterização dessas professoras. Contudo, parece que a formação nunca atende às necessidades para o trabalho a ser realizado.

No que concerne ao funcionamento da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, nas redes municipal e estadual o município de Caicó/RN, entendemos que no período da pesquisa, ainda não apresentava as condições recomendadas. Assim sendo, a realização de pesquisas como essa, na nossa compreensão, poderá desvelar a realidade que, muitas vezes, se



apresenta como satisfatória, expressando-se apenas por meio de dados numéricos, como o total expressivo de salas existentes. Entretanto, quando se analisa as condições de funcionamento estas ainda estão aquém do paradigma educacional inclusivo.

A realização das pesquisas aqui relatadas nos leva a refletir sobre a urgente necessidade de intensificação nos processos de formação de professores, bem como a reorganização dos sistemas de ensino no sentido de estruturarem as escolas para a inclusão de todos os alunos, com garantia de Educação Especial como modalidade que deve ser ofertada aos educandos que precisam de recursos e serviços diferenciados. Nesse sentido, a realização de pesquisas de caráter interventivo se constitui como uma alternativa viável.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Portugal: Presses, 1977.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação**. Sobre necessidades educativas especiais. 2. ed. Brasília: CORDE, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva**. MEC/SEESP, 2008.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de Conteúdo**. 2. ed. Brasília: Liber Livro, 2005. (Série Pesquisa, 6).

RAPOLI, Edilene Aparecida et al. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**: a escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação especial. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.